

Comunidade pode reduzir violência na escola

Segundo sindicato, essa é a opinião de quatro entre dez diretores de escolas públicas de São Paulo

GABRIELA ATHIAS

De cada dez diretores da rede pública de ensino de São Paulo, quatro acreditam que a melhor solução para reduzir a violência na escola é a participação da comunidade no dia-a-dia do colégio. Esse é um dos resultados da pesquisa feita em 1998 pelo Sindicato de Especialistas de Educação no Magistério Oficial do Estado de São Paulo (Udemo) em 700 escolas localizadas no interior do Estado.

Essa pesquisa registra a mudança de atitude dos diretores em relação ao problema. Em 1995, quando a pesquisa foi feita na capital e na região metropolitana, 1% dos diretores sugeriu a participação comunitária como forma de abrandar a violência. Para a maioria, 76%, o caminho da pacificação passava pela

contratação de vigilantes (o que é praticamente impossível para o orçamento das Associações de Pais e Mestres) ou pela presença de policiais armados.

Os programas de policiamento escolar – municipal e estadual – mobilizam hoje na cidade de São Paulo um efetivo de 3,7 mil soldados e cerca de 60 veículos. Para manter essa estrutura, o poder público gasta mensalmente, só com os salários, R\$ 2,2 milhões. Com tudo isso, as escolas continuam sendo depredadas, invadidas e o tráfico de drogas continua intenso, como mostra a pesquisa. “É preciso trazer a discussão sobre violência para dentro da sala de aula”, diz Cristina Meirelles, coordenadora da Fundação Abrinq.

O mais interessante é que a constatação da importância da participação comunitária está ocorrendo em um momento bastante conturbado. A pesquisa mostra que a violência está chegando à escola com mais intensidade: os assaltos passaram a ser mais frequentes e o uso de drogas já é realidade até mesmo nas es-

colas do interior. Cristina diz que grande parte dos 500 projetos que as escolas públicas já enviaram para a Abrinq em busca de financiamento visa à redução da violência por meio da capacitação de professores e de projetos pedagógicos.

A Escola Municipal Oliveira Vianna, no Campo Limpo, periferia da zona sul, começou, em 1996, a execu-

tar o projeto Capacitação Continuada para Educadores em Direitos Humanos. Com a participação da Abrinq e da Rede Brasileira de Direitos Humanos, os professores levaram para a sala discussões sobre cidadania. Começaram a mostrar aos alunos, por exemplo, os aspectos legais de certas atitudes, como portar armas sem licença e depredar pré-

dios públicos. Paralelo a isso, a Associação de Pais e Mestres mobilizou os familiares dos estudantes, aproximou-os da escola e a quadra de esportes foi aberta à comunidade.

O resultado é que, em dois anos, a violência foi abrandada, a escola passou a ter um jornal voltado para direitos humanos e até mesmo a evasão e a repetência foram reduzidas. “A escola não pode se limitar a ser um local de estudo”, diz Rogério Cascino da Cunha, inspetor da Guarda Municipal de São Paulo, responsável pelo policiamento das escolas da prefeitura.

Em agosto de 1998, quando esteve em São Paulo fazendo palestras aos professores da rede estadual, o americano Daniel Merenda, especialista em parcerias educacionais, disse que “o conceito de escola está mudando”. Para ele, essas instituições precisam abrir as portas para a comunidade. Essa, segundo ele, é a fórmula para conseguir transmitir conhecimento e formar cidadãos capazes de viver em sociedade.